



Fundação Carlos Chagas

APOSTILA DE EXERCÍCIOS
1045 QUESTÕES

Material Demonstrativo



PORTUGUÊS (285 QUESTÕES)

1. Interpretação de texto.
2. Argumentação.
3. Pressupostos e subentendidos.
4. Níveis de linguagem.
5. Articulação do texto: coesão e coerência.
6. Termos da oração.
7. Processos de coordenação e subordinação.
8. Discurso direto e indireto.
9. Tempos, modos e vozes verbais.
10. Classes de palavras.
11. Flexão nominal e verbal.
12. Concordância nominal e verbal.
13. Regência nominal e verbal.
14. Ocorrência da Crase.
15. Ortografia e acentuação.
16. Pontuação.
17. Equivalência e transformação de estruturas.
18. Redação.

RLM (110 QUESTÕES)

1. Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas.
2. Frações e operações com frações.
3. Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três; porcentagem e problemas.
4. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.
5. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.
6. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

INFORMÁTICA (125 QUESTÕES)

1. Sistema operacional Microsoft Windows 7 e posteriores.
2. Microsoft Word 2010 e 2013.
3. Microsoft Excel 2010 e 2013.
4. Microsoft Powerpoint 2010 e 2013.
5. LibreOffice Writer 5 ou posterior.
6. LibreOffice Calc 5 ou posterior.
7. LibreOffice Impress 5 ou posterior.
8. Noções de utilização da plataforma G Suite (e-mail, agenda, documentos, planilhas, apresentações).
9. Google Chrome, Internet Explorer e Mozilla Firefox.
10. Noções sobre vírus de computadores e outros tipos de malware.
11. Soluções de antivírus.
12. Manuseio de equipamentos de Projeção.
13. Noções de hardware (função e operação dos periféricos). Conceitos de Software Livre.

DIREITO ADMINISTRATIVO (125 QUESTÕES)

1. Princípios básicos da Administração Pública.
2. Administração direta e indireta.
3. Órgãos públicos.
4. Agentes Públicos.
5. Ato administrativo: requisitos, atributos, classificação, espécies, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo.
6. Poderes e deveres dos administradores públicos: uso e abuso do poder, poderes vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar, poder de polícia, deveres dos administradores públicos.
7. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais: Lei nº 8.112/90 com alterações posteriores. Provimento. Vacância. Direitos e Vantagens. Dos deveres. Das proibições. Da acumulação. Das responsabilidades. Das penalidades. Do processo administrativo disciplinar e sua revisão.
8. Licitação e contratos administrativos: Lei nº 8.666/93 com alterações posteriores: Dos princípios. Das modalidades. Dos contratos. Da execução. Da inexecução e da rescisão. Das sanções.
9. Lei nº 10.520/02: Do pregão.
10. Do processo administrativo (Lei nº 9.784/99).
11. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).

DIREITO CONSTITUCIONAL (107 QUESTÕES)

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Emendas Constitucionais e Emendas Constitucionais de Revisão: princípios fundamentais.
2. Os poderes do Estado e as respectivas funções: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.
3. Normas constitucionais.
- 3.1. A aplicabilidade das normas constitucionais: normas de eficácia plena, contida e limitada; normas programáticas.
4. Princípios fundamentais da CF/88.
5. Direitos e garantias fundamentais.
6. A organização político-administrativa do Estado: das competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA (199 QUESTÕES)

1. Ética no serviço público.
2. Modelos de gestão pública.
3. Gestão estratégica (planejamento estratégico no serviço público).
4. Qualidade no serviço público.
5. Excelência no serviço público.
6. Conceitos de eficiência, eficácia e efetividade aplicados à
7. Administração Pública.
8. Avaliação e mensuração do desempenho.
9. Caracterização das organizações: tipos de estruturas organizacionais.
10. Aspectos comportamentais: liderança, motivação, clima e cultura organizacional.
11. Desenvolvimento Institucional.
12. Abordagens da mudança organizacional.

13. Processo decisório: tipos de decisões.
14. Gerenciamento de conflitos.
15. Novas formas de gestão de serviços públicos: formas de supervisão e contratualização de resultados; prestação de serviços públicos e novas tecnologias.
16. Instrumentos gerenciais contemporâneos: gestão de processos, gestão de projetos, gestão por resultados.

ARQUIVOLOGIA (94 QUESTÕES)

1. Arquivística: Conceitos e princípios.
2. Organização de Arquivos; Teoria das Três idades;
3. Classificações em arquivos.
4. Classificações dos arquivos.
5. O gerenciamento da informação e a gestão de documentos: diagnósticos; arquivos correntes, intermediários; protocolos; avaliação de documentos; arquivos permanentes.
6. Diplomática.
7. Tipologias documentais e suportes físicos: microfilmagem; automação; preservação, conservação e restauração de documentos.
8. Documentos eletrônicos (digitais): conceitos e definições.

LÍNGUA PORTUGUESA

01

A velhinha contrabandista

Todos os dias uma velhinha atravessava a ponte entre dois países, de bicicleta e carregando uma bolsa. E todos os dias era revistada pelos guardas da fronteira, à procura de contrabando. Os guardas tinham certeza que a velhinha era contrabandista, mas revistavam a velhinha, revistavam a sua bolsa e nunca encontravam nada. Todos os dias a mesma coisa: nada. Até que um dia um dos guardas decidiu seguir a velhinha, para flagrá-la vendendo a muamba, ficar sabendo o que ela contrabandeava e, principalmente, como. E seguiu a velhinha até o seu próspero comércio de bicicletas e bolsas.

Como todas as fábulas, esta traz uma lição, só nos cabendo descobrir qual. Significa que quem se concentra no mal aparentemente disfarçado descuida do mal disfarçado de aparente, ou que muita atenção ao detalhe atrapalha a percepção do todo, ou que o hábito de só pensar o óbvio é a pior forma de distração.

(VERISSIMO, Luis Fernando. O mundo é bárbaro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 41)

Os dois parágrafos que compõem o texto constituem-se, respectivamente, de uma

- a) tese exposta de modo categórico e sua demonstração factual.
- b) narrativa de sentido intrigante e sua elucidação aberta em hipóteses.
- c) narrativa de propósito moral e sua contestação no confronto com outro fato.
- d) fábula de sentido enigmático e a busca inútil de seu esclarecimento.
- e) fábula formulada como hipótese e a confirmação cabal de seu sentido.

02

O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se, obrigatoriamente, numa forma do PLURAL para integrar de modo adequado a seguinte frase:

- a) Aos guardas da fronteira não (**despertar**) suspeitas o que era mais evidente nos pertences da velhinha.
- b) Muitas vezes nos (**escapar**) a unidade dos detalhes expostos, ao atentarmos para a singularidade de cada um.

c) Às fábulas tradicionais (**cabem**) desenvolver narrativas cujo sentido moral reste plenamente exemplificado.

d) Tantas vezes nos (**desorientar**) a evidência dos detalhes que perdemos o sentido do conjunto.

e) A revista que (**fazer**) da bolsa da velhinha não esclarecia os guardas quanto à natureza do contrabando.

03

A música relativa

Parece existir uma série enorme de mal-entendidos em torno do lugar-comum que afirma ser a música uma linguagem universal, passível de ser compreendida por todos. "Fenômeno universal" – está claro que sim; mas "linguagem universal" – até que ponto?

Ao que tudo indica, todos os povos do planeta desenvolvem manifestações sonoras. Falo tanto dos povos que ainda se encontram em estágio dito "primitivo" – entre os quais ela continua a fazer parte da magia – como das civilizações tecnicamente desenvolvidas, nas quais a música chega até mesmo a possuir valor de mercadoria, a propiciar lucro, a se propagar em escala industrial, transformando-se em um novo fetiche.

Contudo, se essa tendência a expressar-se através de sons dá mostras de ser algo inerente ao ser humano, ela se concretiza de maneira tão diferente em cada comunidade, dá-se de forma tão particular em cada cultura que é muito difícil acreditar que cada uma de suas manifestações possua um sentido universal. Talvez seja melhor dizer que a linguagem musical só existe concretizada por meio de "línguas" particulares ou de "falas" determinadas; e que essas manifestações podem até, em parte, ser compreendidas, mas nunca vivenciadas em alguns de seus elementos de base por aqueles que não pertençam à cultura que as gerou.

(Adaptado de: MORAES, J. Jota de. O que é música. São Paulo: Brasiliense, 2001, p.12-14)

Quanto à **regência** e à **concordância**, considere:

I. Os mal-entendidos que nem se imaginavam existir no que concerne da universalidade da música devem-se à confusão criada entre o fenômeno e a linguagem da música.

II. Constam que todos os povos cultivam formas musicais, salientando-se as que apresentam um ritmo mais batido, que nos impelem de dançar.

III. Assiste-se, nos dias de hoje, ao fenômeno da expansão abusiva de músicas comerciais, pela qual são responsáveis os ambiciosos produtores de discos e diretores de rádios.

É inteiramente adequado o emprego de todas as formas verbais SOMENTE em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

04

A questão refere-se ao texto seguinte.

Inquilinos

Ninguém é responsável pelo funcionamento do mundo. Nenhum de nós precisa acordar cedo para acender as caldeiras e checar se a Terra está girando em torno de seu próprio eixo na velocidade apropriada e em torno do Sol, de modo a garantir a correta sucessão das estações. Como num prédio bem administrado, os serviços básicos do planeta são providenciados sem que se enxergue o síndico – e sem taxa de administração. Imagine se coubesse à humanidade, com sua conhecida tendência ao desleixo e à improvisação, manter a Terra na sua órbita e nos seus horários, ou se – coroando o mais delirante dos sonhos liberais – sua gerência fosse entregue a uma empresa privada, com poderes para remanejar os ventos e suprimir correntes marítimas, encurtar ou alongar dias e noites, e até mudar de galáxia, conforme as conveniências do mercado, e ainda por cima sujeita a decisões catastróficas, fraudes e falência.

É verdade que, mesmo sob o atual regime impessoal, o mundo apresenta falhas na distribuição dos seus benefícios, favorecendo alguns andares do prédio metafórico e martirizando outros, tudo devido ao que só pode ser chamado de incompetência administrativa. Mas a responsabilidade não é nossa. A infraestrutura já estava pronta quando nós chegamos.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando. *O mundo é bárbaro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 19)

Atente para as seguintes afirmações:

I. O autor mostra-se descrente quanto à competência dos homens para administrar o funcionamento do mundo, tal como acusa o segmento *mesmo sob o atual regime impessoal*.

II. As expressões gerência (...) *entregue a uma empresa privada e conveniências do mercado* ajudam a ilustrar o que entende o autor por *sonhos liberais*.

III. Ao dizer que a *infraestrutura já estava pronta quando nós chegamos*, o autor exime a humanidade de responder pelo que seriam as falhas de funcionamento do mundo natural.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) II, apenas.

05

As normas de concordância verbal encontram-se plenamente atendidas na seguinte frase:

- a) Não cabe aos responsáveis pelo mau funcionamento do mundo quaisquer tipos de sanção, uma vez que sequer logramos identificá-los.
- b) O desleixo e a improvisação, que na ordem humana constitui um defeito incorrigível, estão perversamente implicados na política e na economia.
- c) Torna-se difícil projetar as imagens de um mundo natural que fosse administrado pela consciência humana, à qual se devem as decisões mais injustas.
- d) Acabam por tornar visíveis as falhas do mundo natural o desequilíbrio injusto na distribuição dos favores e das desgraças que acometem a humanidade.
- e) Os liberais dizem que se devem confiar nas vantagens do livre mercado, cujo funcionamento por si só se responsabilizariam pela estabilidade da economia.

06

Depois que se tinha fartado de ouro, o mundo teve fome de açúcar, mas o açúcar consumia escravos. O esgotamento das minas – que de resto foi precedido pelo das florestas que forneciam o combustível para os fornos –, a abolição da escravatura e, finalmente, uma procura mundial crescente, orientam São Paulo e o seu porto de Santos para o café. De amarelo, passando pelo branco, o ouro tornou-se negro.

Mas, apesar de terem ocorrido essas transformações que tornaram Santos num dos centros do comércio internacional, o local conserva uma beleza secreta; à medida que o barco penetra lentamente por entre as ilhas, experimento aqui o primeiro sobressalto dos trópicos. Estamos encerrados num canal verdejante. Quase podíamos, só com estender a mão, agarrar essas plantas que o Rio ainda mantinha à distância nas suas estufas empoleiradas lá no alto. Aqui se estabelece, num palco mais modesto, o contato com a paisagem.

O arrabalde de Santos, uma planície inundada, crivada de lagoas e pântanos, entrecortada por riachos estreitos e canais, cujos contornos são perpetuamente esbatidos por uma bruma nacarada, assemelha-se à própria Terra, emergindo no começo da criação. As plantações de bananeiras que a cobrem são do verde mais jovem e terno que se possa imaginar: mais agudo que o ouro verde dos campos de juta no delta do Bramaputra, com o qual gosto de o associar na minha recordação; mas é que a própria fragilidade do matiz, a sua gracilidade inquieta, comparada com a suntuosidade tranquila da outra, contribuem para criar uma atmosfera primordial.

Durante cerca de meia hora, roamos por entre bananeiras, mais plantas mastodontes do que árvores anãs, com troncos plenos de seiva que terminam numa girândola de folhas elásticas por sobre uma mão de 100 dedos que sai de um enorme lótus castanho e rosado. A seguir, a estrada eleva-se até os 800 metros de altitude, o cume da serra. Como acontece em toda parte nessa costa, escarpas abruptas protegeram dos ataques do homem essa floresta virgem tão rica que para encontrarmos igual a ela teríamos de percorrer vários milhares de quilômetros para norte, junto da bacia amazônica.

Enquanto o carro geme em curvas que já nem poderíamos qualificar como “cabeças de alfinete”, de tal modo se sucedem em espiral, por entre um nevoeiro que imita a alta montanha de outros climas, posso examinar à vontade as árvores e as plantas estendendo-se perante o meu olhar como espécimes de museu.

(Adaptado de: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Coimbra, Edições 70, 1979, p. 82-3)

O excerto, que narra a passagem de Lévi-Strauss por Santos, rumo a São Paulo,

a) representa com minúcia uma natureza que foi preservada graças ao desenvolvimento de Santos, impulsionado pelo cultivo do café.

b) descreve a natureza pujante da região, a despeito de seu desenvolvimento econômico, a ponto de recorrer a imagens de cunho religioso para melhor ilustrar seu ponto de vista.

c) tece juízo de valor a respeito do desenvolvimento econômico do Brasil, tendo como pano de fundo sua riqueza natural inexplorada.

d) compara a natureza litorânea de Santos à encontrada junto ao leito do rio Bramaputra, com vistas a mostrar, paralelamente, o quão luxuriante é a natureza brasileira.

e) lamenta o comércio que teria destruído praticamente toda a beleza natural, reduzindo-a a pequenos e secretos lugares, observáveis apenas em expedições como a que conduzia.

07

Considere as frases abaixo.

I. O segmento que se estende de *uma planície inundada até uma bruma nacarada* (3º parágrafo) constitui explicação do termo antecedente, de maneira que poderia ser iniciado por “que é”, sem prejuízo para o sentido.

II. Neste mesmo segmento, as vírgulas poderiam ser substituídas por ponto-e-vírgulas, uma vez que se trata de uma sequência de características atribuídas a um mesmo termo.

III. No mesmo período, a oração iniciada por *emergindo* pode tanto subordinar-se a *assemelha-se* como a *Terra*.

Está correto o que consta em

a) III, apenas.

b) I, II e III.

c) I e II, apenas.

d) I e III, apenas.

e) II, apenas.

08

A alteração da voz do verbo *poder*, nas duas vezes em que ocorre no último parágrafo, deverá resultar nas seguintes formas, respectivamente:

- a) se poderia – se pode
- b) poder-se-ia – podem-se
- c) poderiam-se – pode-se
- d) se poderiam – podem-se
- e) se poderiam – se pode

09

A oração ... *de tal modo se sucedem em espiral...* (último parágrafo):

- a) expressa a consequência da oração precedente, além de introduzir matiz de intensidade.
- b) além de introduzir a causa da oração anterior, expressa certo grau de intensidade.
- c) além de introduzir complemento de modo ou instrumento, expressa uma consequência.
- d) expressa condição, aliada a certo grau de proporcionalidade.
- e) expressa concessão, resultante de uma relação de proporcionalidade.

10

Uma redação alternativa para o segmento ... *mas é que a própria fragilidade do matiz, a sua gracilidade inquieta, comparada com a suntuosidade tranquila da outra, contribuem para criar uma atmosfera primordial* (3º parágrafo), sem prejuízo da correção e do sentido, está em:

- a) conquanto seja a fragilidade mesma do colorido, aliada à graciosidade fugaz, em contraposição à riqueza consolidada da outra, que contribui para a formação de um clima primaz.
- b) não obstante a própria instabilidade da coloração, à sua gratuidade pode-se comparar o fausto despreocupado da outra, que contribui para instaurar um ambiente primevo.
- c) todavia, é devido à própria fragilidade do tom – à sua graciosidade irrequieta – posta em paralelo com o fausto inabalável da outra, que contribui para inventar um ambiente primordial.

d) mas é, no entanto, a própria delicadeza do matiz, sua gratuidade inconstante, que, comparada ao luxo estável da outra, contribui para a conformação de um meio ambiente ancestral.

e) é, todavia, porque a própria fragilidade da coloração e a sua graciosidade instável, comparada ao fausto tranquilo da outra, contribuem para conformar uma ambientação primitiva.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

11

Em uma repartição pública trabalham 250 funcionários. A tabela, a seguir, mostra o número de funcionários que faltaram ao trabalho nessa repartição, nos cinco dias de uma semana.

Dias da semana	Número de funcionários faltantes
2ª feira	21
3ª feira	9
4ª feira	5
5ª feira	13
6ª feira	32

A porcentagem, em relação aos 250 funcionários, dos funcionários que faltaram na 2ª feira e na 6ª feira é J. A porcentagem, em relação aos 250 funcionários, dos funcionários que faltaram na 3ª feira, na 4ª feira e na 5ª feira é K. A diferença entre J e K é uma porcentagem igual a

- a) 11,4.
- b) 25,0.
- c) 12,8.
- d) 10,4.
- e) 11,6.

12

Luciana caminhou 50 minutos para ir de sua casa até o local de seu trabalho. Na volta, ela gastou 25% a mais de tempo para chegar em casa. O tempo que ela gastou na volta foi de

- a) 1h2min30s.
- b) 1h12min20s.
- c) 52min30s.

d) 1h20min50s.

e) 1h25s.

13

Considere que a afirmação I é falsa e que as demais são verdadeiras.

I. Se Bernardo é músico, então Andreia é cantora.

II. Cátia é baterista e Bernardo é músico.

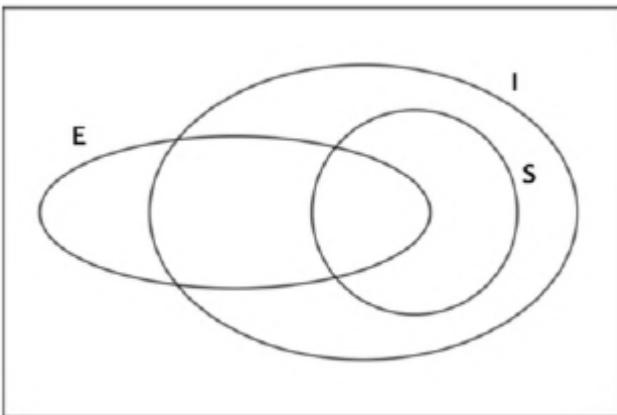
III. Ou Danilo é violonista, ou Cátia é baterista.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que

- a) Andreia é cantora ou Danilo é violonista.
- b) ou Bernardo é músico, ou Cátia é baterista.
- c) se Danilo é violonista, então Andreia é cantora.
- d) Cátia é baterista e Danilo é violonista.
- e) se Cátia é baterista, então Danilo é violonista.

14

O diagrama representa algumas informações sobre a escolaridade dos moradores de um município.



Dados:

I: conjunto de todos os moradores que concluíram um curso de inglês.

E: conjunto de todos os moradores que concluíram um curso de espanhol.

S: conjunto de todos os moradores que concluíram o Ensino Superior.

Em todas as seis regiões do diagrama, há pelo menos um morador representado. Assim, é correto afirmar que se um morador dessa cidade

a) concluiu um curso de inglês, então ele necessariamente concluiu um curso de espanhol.

b) concluiu um curso de inglês e um de espanhol, então ele necessariamente concluiu o Ensino Superior.

c) não concluiu um curso de espanhol, então ele necessariamente não concluiu o Ensino Superior.

d) não concluiu um curso de inglês, então ele necessariamente não concluiu um curso de espanhol.

e) não concluiu um curso de inglês, então ele necessariamente não concluiu o Ensino Superior.

15

Em relação a uma campanha de vacinação, a secretaria de saúde de um município informou que 90% das crianças do município já foram vacinadas e que todos os matriculados na rede municipal de ensino são moradores do município e receberam a vacina. A partir dessas informações, é correto concluir que, necessariamente,

a) as crianças que não estão matriculadas na rede municipal de ensino representam 10% do total.

b) 10% das crianças matriculadas na rede municipal de ensino ainda precisam ser vacinadas.

c) ainda falta vacinar 10% das crianças que não estão matriculadas na rede municipal de ensino.

d) nem todas as crianças do município estão matriculadas na rede municipal de ensino.

e) nem todas as crianças matriculadas na rede municipal de ensino foram vacinadas.

16

Segundo a previsão do tempo, a probabilidade de chuva em uma cidade é de 50% no sábado e 30% no domingo. Além disso, ela informa que há 20% de probabilidade de que chova tanto no sábado quanto no domingo. De acordo com essa previsão, a probabilidade de que haja chuva nessa cidade em pelo menos um dos dois dias do final de semana é igual a

- a) 100%.
- b) 80%.
- c) 70%.
- d) 60%.
- e) 50%.

17

Carlos, Fernanda e Eduardo foram comer algo na hora do intervalo. Carlos comprou um copo de suco por R\$ 3,60 e uma coxinha por R\$ 6,20. Fernanda preferiu um suco de laranja que custava R\$ 4,30 e um pastel por R\$ 4,80. Eduardo comprou dois copos de suco de limão por R\$ 3,80 cada um, e uma fatia de bolo que custou R\$ 6,80. Eduardo resolveu pagar todas as despesas com duas cédulas de R\$ 20,00. Considerando que para fazer o troco só existam cédulas de R\$ 10,00, R\$ 5,00 e R\$ 2,00, e moedas de R\$ 0,10, R\$ 0,25, R\$ 0,50 e R\$ 1,00, o menor número de moedas necessárias para o troco dessa compra é

- a) 5
- b) 4
- c) 2
- d) 3
- e) 1

18

Juliana viajou x km em seu primeiro dia de viagem. No segundo dia ela viajou a terça parte da distância que havia viajado no primeiro dia. No terceiro dia ela viajou 36 km, que equivalia à metade do que havia viajado no segundo dia, e chegou ao destino. A viagem total de Juliana foi, em quilômetros, igual a

- a) 324
- b) 308
- c) 356
- d) 362
- e) 330

19

Dos 150 funcionários de uma empresa, 66 faltaram em uma semana de trabalho, conforme mostra a tabela abaixo.

Dias da semana	Número de funcionários faltantes
2ª Feira	11
3ª Feira	13
4ª Feira	2
5ª Feira	15
6ª Feira	25
Total	66

Do total de funcionários da empresa, a porcentagem correspondente aos que faltaram ou na 2ª ou na 6ª feira dessa semana é igual a x , e a porcentagem dos que faltaram em algum dos outros dias dessa mesma semana é igual a y . A diferença entre x e y , em pontos percentuais, é igual a

- a) 6
- b) 4
- c) 7
- d) 1
- e) 2

20

Há 4 anos Francine e Helena compararam o dinheiro que tinham guardado para investir. A razão entre o dinheiro de Francine e o de Helena era igual a $\frac{2}{3}$. Após esses 4 anos o investimento de Francine fez com que o seu dinheiro aumentasse 50% e o de Helena fez com que seu dinheiro aumentasse 25%. Agora, a razão $\frac{2}{3}$ passou a ser

- a) $\frac{2}{5}$
- b) $\frac{1}{2}$
- c) $\frac{3}{4}$
- d) $\frac{4}{5}$
- e) $\frac{5}{6}$

INFORMÁTICA

21

Um Analista selecionou o título de um texto digitado no Microsoft Word 2013, em português, e pressionou simultaneamente a combinação de teclas Ctrl + Shift + C. Em seguida, selecionou um fragmento do texto em outro local da página e pressionou simultaneamente a combinação de teclas Ctrl + Shift + V. Estas ações do Analista

- a) substituíram o fragmento de texto pelo título.
- b) colocaram o título centralizado e o fragmento de texto justificado na página.
- c) copiaram somente a formatação do título para o fragmento de texto.
- d) colocaram o título em negrito e o fragmento do texto sublinhado.
- e) incluíram o título no sumário do documento e o associaram ao fragmento de texto.

22

Considere hipoteticamente que um Analista possui uma apresentação gerada pelo Microsoft PowerPoint 2010, em português, denominada TRTSP.pptx. Ele deseja que esta apresentação seja salva em um formato de autoapresentação. Nesse formato basta dar um duplo clique no nome do arquivo para que o conteúdo seja exibido automaticamente e a transição dos slides possa ser configurada com cliques no mouse ou através da barra de espaço. O formato que permite essa apresentação de slides é

- a) .ppsm
- b) .pptm
- c) .potx
- d) .ppsx
- e) .ppxs

23

Considere a planilha abaixo, digitada no Microsoft Excel 2013, em português.

	A	B
1	TR DIÁRIA	
2	Data	Índice
3	01/10/66	0,001008471
4	02/10/66	0,001008243
5	03/10/66	0,001008243
6	04/10/66	0,001008243
7	05/10/66	0,001008243
8		
9	Valor a procurar	04/10/66
10	Índice	0,001008243

Na célula B10 deseja-se digitar uma fórmula que localize na coluna A a data contida na célula B9 (04/10/66), e exiba em B10 o índice correspondente a esse valor que se encontra na coluna B (0,001008243). A fórmula que deve ser digitada é

- a) =PROCV(B9;A3:B7;2)
- b) =SE(A?=B9;PRINT(B?))
- c) =PROCH(B9;A3:B7;2)
- d) =PROCURAR(B9;A3:B7;1)
- e) =LOCALIZAR(B9;A3:B7;1)

24

Ao usar o aplicativo Excel do Microsoft Office 2013, em português, um Analista consegue ver animações ao rolar por uma planilha em um computador, mas não vê as mesmas animações em outro computador. Essas diferenças podem resultar de uma configuração de vídeo incompatível com o conjunto de recursos do Office responsável por exibir o aplicativo e as animações no aplicativo. O Office 2013 usa um método para desenhar a interface do usuário do Office e o conteúdo, que depende da aceleração de hardware, que é gerenciado pelo sistema operacional. Assim, além de atualizar o driver de vídeo do computador, recomenda-se, no Excel, marcar a caixa de seleção:

- a) Permitir atualização do driver da placa gráfica, que pode ser acessada a partir da guia Arquivo.
- b) Desabilitar aceleração gráfica de hardware, que pode ser acessada a partir da guia Arquivo.
- c) Habilitar a supressão da aceleração gráfica de hardware, que pode ser acessada a partir da guia Exibição.
- d) Desabilitar aceleração gráfica de hardware, que pode ser acessada a partir da guia Referências.
- e) Permitir atualização do driver da placa gráfica, que pode ser acessada a partir da guia Layout da Página.

25

Que medidas são tomadas para garantir o abastecimento nos próximos meses e no futuro?

A empresa realiza obras para ampliar a capacidade dos reservatórios e a produção de água, como:

- Desvio de água do córrego Guaratuba para o Alto Tietê: mais mil litros de água por segundo, desde janeiro de 2015;
- Bombeamento da represa Billings para o Alto Tietê: mais 4 mil litros de água por segundo;
- Ligação do rio Guaíó ao Alto Tietê: mais mil litros de água por segundo;
- Ampliação da Estação de Tratamento de Água do Alto da Boa Vista (Guarapiranga): mais mil litros de água por segundo.

(Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/fale-conosco/faq.aspx?secaoId=134>)

Considerando que o texto acima foi editado no Microsoft Word 2010, em português, é correto afirmar que

- a) os ícones utilizados nos itens são nativos do Word.
- b) para utilizar os ícones personalizados, é necessário fazer o download da imagem usando "Definir novo formato de número..." a partir do recurso Numeração.
- c) como os ícones utilizam imagens, o arquivo deve ser salvo com a extensão .docm.
- d) como os ícones utilizam imagens, o arquivo deve ser salvo com a extensão .dotx.
- e) para utilizar os ícones personalizados, é necessário "Definir novo marcador..." a partir do recurso Marcadores.

26

Foi solicitado a um funcionário que criasse um mapa a partir de uma planilha do Microsoft Excel 2013, em português, na qual constavam dados de consumo de água por habitante em diversos países. Para realizar esta tarefa, ele deve utilizar o recurso

- a) Power View.
- b) Gráfico Dinâmico.
- c) Gráfico em Mapa.

d) Imagens de Mapas.

e) Ilustrações.

27

Um Técnico recebeu um documento produzido no Microsoft Word 2013, em português, para revisar. Ele desejava que cada uma de suas mudanças no texto ficasse registrada de modo visível para que a pessoa que enviou o arquivo pudesse ou não aceitar tais modificações. Para tanto, antes de começar a modificar o documento, ele realizou corretamente operações que ativaram essa condição (considerando que não estava ativada) do seguinte modo: ele clicou

a) na guia Revisão, no recurso Mostrar Marcações e selecionou Formatação.

b) em Mostrar Marcações, no recurso Revisões e selecionou Controlar Alterações.

c) em Marcações, no recurso Revisões e selecionou Comentários.

d) na guia Revisão, no recurso Mostrar Marcações e selecionou Comentários.

e) na guia Revisão, no recurso Controlar Alterações e selecionou Controlar Alterações.

28

No Microsoft Excel 2013, em português, para fazer com que as células de um intervalo que contenham valores menores que 50 sejam destacadas com outra cor de fonte e de fundo, seleciona-se o intervalo desejado, clica-se na guia Página Inicial, depois em

a) Formatação Condicional e Realçar Regras das Células.

b) Formatação de Valor e Ênfase.

c) Estilo de Célula e Realçar Regras das Células.

d) Formatar Célula e Destacar.

e) Destacar Valor e Ênfase.

29

Em uma planilha Microsoft Excel 2013, em português, foram criadas algumas colunas para abrigar textos e números. Sabe-se que alguns textos ultrapassarão a largura da coluna, mas o Técnico que elaborou a planilha prefere que o texto seja colocado dentro da largura estipulada, sem nenhuma mudança, mesmo que para isso tenha que aumentar a altura da célula para que caiba justamente. Ele deve selecionar as células desejadas e realizar as operações

a) Formatar AutoAjuste da Altura da Linha e habilitar, no bloco Controle de texto, o item Alinhar texto automaticamente.

b) Formatar Células e habilitar, no bloco Controle de texto, o item Quebrar texto automaticamente.

c) Alinhar Coluna e habilitar, no bloco Controle de altura, o item Alinhar texto automaticamente.

d) Formatar Altura da Linha e habilitar, no bloco Controle de largura, o item Quebrar texto automaticamente.

e) Ajustar Largura da Coluna e habilitar, no bloco Controle de texto, o item Quebrar texto automaticamente.

30

Um Técnico escreveu um grande texto usando o Microsoft Word 2013, em português, mas equivocadamente escreveu tudo em letras maiúsculas. Mantendo o texto selecionado, ele deseja corrigir isso e colocar somente a primeira letra de cada sentença em maiúscula. Nesse caso,

a) ele deve redigitar todo o texto porque não há uma opção para isso no Word.

b) ele pode usar o botão Maiúsculas e Minúsculas na aba Página Inicial e selecionar a opção desejada.

c) ele pode usar o botão Inverter letras da Sentença na aba Layout da Página e selecionar a opção desejada.

d) a opção Inverter Palavras da Sentença na aba Página Inicial poderia ter funcionado com sucesso, se ele ainda não tivesse salvo o documento.

e) o botão Maiúsculas e Minúsculas na aba Layout da Página teria sido uma solução positiva, se ele não tivesse salvo o documento.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

31

Uma autarquia pode

a) contratar empregados celetistas sem concurso público para provimento de funções em seus quadros, hipótese em que não gozarão de estabilidade e garantia de demissão precedida de processo administrativo disciplinar.

b) alienar bens de sua propriedade, desde que de natureza comum, por meio de pregão, vedada a modalidade eletrônica quando for necessária a prestação de garantia.

c) contratar bens e serviços por meio de regime jurídico de direito privado quando se tratar de sua atividade fim e estiver sujeita a mercado concorrencial.

d) ser titular e executar serviços públicos essenciais quando assim lhe for atribuído pela lei que a criou e que disciplina sua atuação, inclusive para fins de disciplinar o exercício dos poderes típicos da Administração pública.

e) participar do capital social ou ser acionista de empresas estatais da mesma esfera de governo, independentemente do que preveja a lei que a criou, bem como de seu escopo de atuação, tendo em vista que também integram a Administração indireta e, como tal, sujeitam-se ao mesmo regime jurídico e finalidade mediata.

32

Dentre os princípios que regem a Administração pública, aplica-se aos servidores públicos, no exercício de suas funções,

a) legalidade, como princípio vetor e orientador dos demais, tendo em vista que os todos os atos dos servidores têm natureza vinculada, ou seja, devem

estar previstos em lei, assim como todas as infrações disciplinares e respectivas penalidades.

b) moralidade, que orienta todos os atos praticados pelos servidores públicos, mas cuja violação não pode ser imputada à Administração pública enquanto pessoa jurídica, porque sua natureza é incompatível com a subjetividade.

c) publicidade, que exige a publicação de todos os atos praticados pelos servidores, vinculados ou discricionários, ainda que não dependam de motivação, não atingindo, contudo, os atos que se refiram aos servidores propriamente ditos, que prescindem de divulgação, porque surtem efeitos apenas internos.

d) eficiência, como finalidade precípua da atuação da Administração pública, obrigando os servidores públicos a prezar pela sua aplicação em preferência aos demais princípios, que a ela passaram a se subordinar após sua inclusão na Constituição Federal.

e) impessoalidade, tanto no que se refere à escolha dos servidores, quanto no exercício da função pelos mesmos, que não pode favorecer, beneficiar ou perseguir outros servidores e particulares que mantenham ou pretendam manter relações jurídicas com a Administração pública.

33

Considere os itens abaixo.

I. Crime contra a Administração pública.

II. Improbidade administrativa.

III. Aplicação irregular de dinheiros públicos.

IV. Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional.

V. Corrupção.

Nos termos da Lei nº 8.112/90, são atos passíveis de demissão e têm como consequência cumulativa a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível, além de impedimento do retorno do servidor ao serviço público federal, os indicados nos itens

a) I, II, III, IV e V.

b) II, III, IV e V, apenas.

c) I, II, III e IV, apenas.

d) III, IV e V, apenas.

e) II, III e IV, apenas.

34

No que se refere ao processo administrativo disciplinar, a Lei nº 8.112/90 estabelece que

- a) a denúncia pode ser verbal ou por escrito, sendo vedado o anonimato.
- b) o prazo para a conclusão da sindicância é improrrogável.
- c) a autoridade instauradora do processo disciplinar deverá determinar o afastamento do servidor do exercício do cargo como medida cautelar.
- d) o processo disciplinar será conduzido por uma comissão, cujas reuniões e audiências serão públicas.
- e) é obrigatória a instauração de processo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 dias.

35

Considera-se expressão dos princípios que regem as funções desempenhadas pela Administração pública a

- a) possibilidade de atuação e imposição de multas a estabelecimentos comerciais, para garantir o adequado funcionamento do setor de mercado em que atuam, como atuação que privilegia o princípio da eficiência.
- b) edição de decretos autônomos, que disciplinam a atuação a Administração pública e os direitos e deveres dos servidores, como expressão do princípio da legalidade.
- c) publicação dos extratos de contratos firmados pela Administração pública no Diário Oficial, conforme dispõe a Lei nº 8.666/1993, como manifestação do princípio da publicidade.
- d) edição de atos administrativos sem identificação dos responsáveis pela autoria, como forma de preservação da esfera privada desses servidores e manifestação do princípio da impessoalidade.
- e) possibilidade da prática de atos não previstos em lei, em defesa de interesse público primário ou secundário, ainda que importe na violação de direitos legais de particulares, em prol do princípio da supremacia do interesse público.

36

A Administração pública direta organiza-se em órgãos, cuja atuação é informada por princípios e regras. A estrutura funcional pressupõe organização hierarquizada, que confere à Administração pública alguns poderes e prerrogativas, tais como a

- a) possibilidade da autoridade superior avocar competência para realizar as funções e atribuições de seus subordinados, independentemente de se tratar de competências privativas ou exclusivas, bem como de previsão normativa expressa.
- b) competência para editar atos normativos autônomos, de caráter funcional e disciplinar, instituindo regras de atuação da Administração e infrações disciplinares com suas respectivas sanções.
- c) possibilidade de determinados servidores aplicarem sanções aos seus subordinados hierarquicamente, em caso de infrações disciplinares, na forma legalmente prevista.
- d) possibilidade de delegar competências exclusivas por critério subjetivo, quando a organização administrativa entender que uma determinada autoridade ou órgão poderia melhor desempenhar determinadas funções.
- e) competência para instituir sanções, aplicá-las ou perdoá-las, em análise discricionária feita pela autoridade competente, sempre que entender que a decisão melhor atenderá o interesse público.

37

A distinção entre ato administrativo vinculado e discricionário pode se fazer presente em diversas situações e âmbitos de análise jurídica. Quanto aos efeitos, predicar um ato administrativo como discricionário ou vinculado

- a) interfere no nível de autonomia conferido ao administrador, na medida em que os atos vinculados estão expressamente previstos em lei e os atos discricionários não encontram previsão normativa, fundamentando-se apenas na competência para emití-lo.
- b) impacta na existência ou não de controle judicial sobre o mesmo, tendo em vista que os atos vinculados estão sujeitos à análise judicial, enquanto os discricionários apenas admitem controle interno da própria Administração pública.
- c) impede considerar aspectos externos do caso concreto na análise, tendo em vista que nos dois casos deve haver previsão normativa específica sobre qual ato deve ser praticado e em que grau e medida,

ainda que nos atos discricionários a norma deva elencar as soluções possíveis.

d) possibilita inferir a extensão do controle judicial de determinado ato, posto que nos atos vinculados todos os aspectos estão contemplados pela norma, cabendo ao administrador subsumir um determinado caso concreto ao ato a ele atribuído pela lei.

e) permite que os atos discricionários sejam alterados com maior agilidade, sem necessidade de previsão legal, enquanto para os vinculados é obrigatória autorização Judicial.

38

Determinada autarquia realizou uma licitação para contratação de prestação de serviços de informática, consistentes no desenvolvimento de sistemas de auditoria e controle financeiro. Durante a execução do contrato, surgiu a necessidade de contratação de serviços de manutenção dos computadores e softwares já instalados na autarquia. O administrador propôs, assim, o aditamento do contrato celebrado após a realização da licitação, para inclusão desses serviços, o que

a) é admitido, desde que o valor não exceda o limite de aditamento contratual de 25%.

b) viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois caracterizaria alteração do objeto originalmente contratado por meio da licitação realizada.

c) pode ser realizado, tendo em vista que se tratam de serviços similares e desde que não supere o limite legal para aditamento contratual, no percentual de 50%.

d) é aderente ao princípio da mutabilidade do contrato administrativo, que admite alteração da natureza e condições contratuais para ajustá-las às atuais necessidades da Administração pública.

e) é obstado pelo princípio da moralidade, embora não haja nenhuma vedação legal ao aditamento contratual, tendo em vista que se estaria diante de alterações no mesmo objeto contratual.

39

Partindo do conceito de contrato administrativo e das características que o predicam, bem como considerando a variedade de relações jurídicas de outras naturezas que a Administração pública pode travar, NÃO são exigências ou consequências dos contratos de locação por esta firmados:

a) necessidade de realização de licitação salvo configuração de hipótese de dispensa ou inexigibilidade do certame.

b) submissão aos princípios que norteiam a Administração pública, mesmo se tratando de contratos regidos pelo direito privado.

c) necessidade de formalização de alteração contratual de valor ou objeto, desde que mantida a finalidade da avença.

d) necessidade de formalização de procedimento de dispensa de licitação, caso se configure hipótese legal que autorize a não realização do certame sob esse fundamento.

e) submissão aos prazos de vigência contratual aplicáveis aos contratos administrativos, na forma estabelecida pela Lei nº 8.666/1993.

40

Para a consecução de seus atos a Administração pública pode lançar mão de algumas prerrogativas diferenciadas em relação às atividades da iniciativa privada. Pode, inclusive, atuar limitando o exercício de direitos individuais, desde que com a finalidade de atender o interesse público. Essa atuação

a) contempla atos materiais concretos, tais como o cumprimento de medidas de apreensão de mercadorias previstas em lei, como também pode abranger medidas preventivas, como fiscalização, vistorias, dentre outras, nos termos da lei.

b) pode, inclusive, ser delegada a terceiros, sem restrições, desde que haja previsão legal e que o delegatário edite e exerça todos os atos e medidas de polícia que a Administração adotaria.

c) denomina-se poder de polícia, de natureza discricionária, pois não seria possível prever as hipóteses de situações em que uma atuação vinculada seria cabível, competindo, portanto, à autoridade decidir a medida adequada a tomar.

d) abrange apenas medidas repressivas, taxativamente previstas em lei, como interdição de estabelecimentos, embargos de obras, dentre outras, tendo em vista que a atuação preventiva se insere no campo do poder normativo, não podendo se qualificar como atuação de polícia administrativa.

e) possui atributos próprios, como a autoexecutoriedade, presente em todos os atos administrativos, que permite à Administração executar seus próprios atos sem demandar decisão judicial.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

41

A Constituição Federal estabelece um rol de matérias sobre as quais a União e os Estados têm competência concorrente para legislar. Isso implica, entre outras consequências, que, quanto a essas matérias,

- a) os Estados podem exercer sua competência legislativa apenas para complementar as lacunas da lei federal editada pela União.
- b) cabe à União estabelecer normas gerais, não excluída a competência suplementar dos Estados.
- c) se houver legislação federal, os Estados não poderão mais legislar.
- d) se não houver legislação federal, os Estados podem estabelecer leis válidas em seu território, as quais prevalecerão sobre eventual lei federal posteriormente editada.
- e) a União e os Estados devem acordar sobre cada lei a ser editada, fazendo-o mediante aprovação pelo Poder Legislativo federal e pelo Poder Legislativo estadual.

42

Como regra, na Federação Brasileira a União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios são todos considerados entes autônomos. Isso não impede, no entanto, que a mesma Constituição Federal estabeleça diferenças de regimes jurídicos entre eles. É exemplo dessas diferenças

- a) os Municípios não terem competência para prestar serviços públicos próprios.
- b) as contas municipais não estarem sujeitas à fiscalização de Tribunal de Contas.
- c) os Municípios não possuírem competências legislativas próprias.
- d) os Municípios não possuírem Poder Judiciário, nem mesmo de primeira instância.
- e) os Municípios poderem arrecadar, mas não instituir tributos próprios.

43

Determinado Estado editou lei estabelecendo seu regime de pessoal, na qual consta a possibilidade de certos cargos públicos, ditos em comissão, serem preenchidos sem concurso público, sendo eles restritos a certas atribuições de direção, chefia e assessoramento. A lei estabeleceu, ainda, que um percentual desses cargos deve ser reservado para servidores de carreira. Por fim, previu que servidores ocupantes de cargos em comissão possam exercer certas funções de confiança. Considerando os elementos assim apresentados, a lei em questão

- a) está de acordo com a Constituição Federal.
- b) viola a Constituição Federal, pois cargos em comissão só existem no âmbito da União.
- c) viola a Constituição Federal, pois não é cabível atribuir ao cargo em comissão as funções de assessoramento, mas apenas as de direção e chefia.
- d) viola a Constituição Federal, pois reservou percentual dos cargos em comissão para servidores de carreira.
- e) viola a Constituição Federal, pois previu que os ocupantes de cargo em comissão possam exercer funções de confiança.

44

Considere cidadãos brasileiros nas situações abaixo.

- I.** Idade de 18 anos, não filiado a partido político.
- II.** Idade de 35 anos, não filiado a partido político.
- III.** Idade de 21 anos, filiado a partido político, que tenha se recusado a cumprir o serviço militar por motivo religioso, tendo se disponibilizado para cumprir prestação alternativa.

Nessas condições, de acordo com a Constituição,

- a) são inelegíveis para quaisquer cargos políticos os cidadãos I, II e III.
- b) são inelegíveis para quaisquer cargos políticos os cidadãos I e II, podendo o cidadão III ser eleito Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e vereador, caso preencha os demais requisitos legais.

c) é inelegível para o cargo de Prefeito de capital o cidadão III, podendo o cidadão II ser eleito para o mesmo cargo, caso preencha os demais requisitos legais.

d) são inelegíveis para quaisquer cargos políticos os cidadãos I e III, podendo o cidadão II ser eleito para qualquer cargo, caso preencha os demais requisitos legais.

e) são inelegíveis para o cargo de Presidente da República os cidadãos I e III, os quais poderão ser eleitos vereadores, caso preencham os demais requisitos legais.

45

De acordo com as normas da Constituição Federal, o militar alistável,

a) com menos de dez anos de serviço, poderá candidatar-se para cargo político, mas deverá afastar-se da atividade.

b) com menos de dez anos de serviço, poderá candidatar-se para cargo político, quando será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

c) com mais de dez anos de serviço, poderá candidatar-se para cargo político e, se eleito, deverá ser agregado pela autoridade superior.

d) com mais de dez anos de serviço, poderá candidatar-se para cargo político, quando será agregado pela autoridade superior e, se eleito, poderá cumular o exercício do cargo político com a função militar, se não estiver conscrito e se houver compatibilidade de horários.

e) que esteja em atividade, não poderá candidatar-se para cargo político.

46

Diante da disciplina constitucional do dever de respeito ao sigilo e do direito à informação,

a) a ação de impugnação de mandato não poderá tramitar em segredo de justiça.

b) a segurança da sociedade e do Estado não são critérios válidos para que o órgão público negue ao indivíduo o acesso às informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

c) as votações do Júri não podem ser sigilosas, sob pena de contrariar os princípios da ampla defesa e do contraditório.

d) a preservação do direito à intimidade não pode ser invocada validamente para impedir que terceiros presenciem a prática de atos processuais.

e) o sigilo das comunicações telefônicas não pode ser afastado por decisão judicial proferida em sede de ação popular, proposta para anular ato lesivo ao patrimônio ou à moralidade pública.

47

O Congresso Nacional editou lei complementar disciplinando hipóteses de inelegibilidade a fim de proteger a probidade administrativa. Posteriormente, Estado da Federação editou lei complementar dispendo, de modo diferente da lei federal, sobre hipóteses de inelegibilidade para Governador, Vice-Governador e Deputados estaduais. Considerando o disposto na Constituição Federal, a lei federal

a) poderia tratar da matéria, devendo ser aplicada apenas no âmbito das eleições para Presidente, Vice-Presidente, Deputados Federais e Senadores, uma vez que Estados e Municípios também têm competência para legislar sobre o tema.

b) poderia tratar da matéria, devendo ser aplicada também no âmbito das eleições estaduais e municipais, uma vez que Estados e Municípios não têm competência para legislar sobre o tema.

c) poderia tratar da matéria, devendo ser aplicada no âmbito das eleições estaduais e municipais apenas se ausentes leis próprias dos respectivos entes federativos.

d) não poderia tratar da matéria, uma vez que cabe aos Municípios legislar sobre o assunto, devendo o candidato a cargo político atender à legislação editada pelo Município em que tiver domicílio.

e) não poderia tratar da matéria, uma vez que cabe aos Estados legislar sobre o assunto, devendo o candidato a cargo político atender à legislação editada pelo Estado em que tiver domicílio.

48

Resolução editada por Assembleia Legislativa determinou que os Deputados estaduais passarão a receber remuneração em valor idêntico ao percebido pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal - STF. A matéria

a) pode ser objeto de Resolução, uma vez que cabe à Assembleia Legislativa, por ato interno, dispor sobre a remuneração dos Deputados estaduais, podendo ser equivalente à remuneração dos Ministros do STF, que configura o limite remuneratório máximo para o serviço público.

b) pode ser objeto de Resolução, uma vez que cabe à Assembleia Legislativa, por ato interno, dispor sobre a remuneração dos Deputados estaduais, que, todavia, apenas poderá ser equivalente à remuneração dos Deputados federais, e não à remuneração dos Ministros do STF.

c) não pode ser objeto de Resolução, uma vez que cabe à lei, de iniciativa da Assembleia Legislativa, dispor sobre a remuneração dos Deputados estaduais, que, todavia, poderá ser, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais.

d) não pode ser objeto de Resolução, uma vez que cabe à lei, de iniciativa da Assembleia Legislativa, dispor sobre a remuneração dos Deputados estaduais, podendo ser equivalente à remuneração dos Ministros do STF, que configura o limite remuneratório máximo para o serviço público.

e) não pode ser objeto de Resolução, uma vez que cabe à lei, de iniciativa da Assembleia Legislativa, dispor sobre a remuneração dos Deputados estaduais, devendo ser equivalente à remuneração do Governador, que configura o limite remuneratório máximo para o serviço público estadual.

49

A Constituição Federal atribui ao Poder Legislativo a excepcional atribuição de deliberar sobre a prática de certos atos que são próprios do Poder Executivo, a exemplo da competência do Congresso Nacional para aprovar, previamente,

a) a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

b) a escolha do Procurador Geral da República.

c) os contratos de obras que serão firmados com empresas sediadas em outros países.

d) a ausência do Presidente e do Vice-Presidente da República, quando a ausência do País exceder a dez dias.

e) a abertura de concurso público para o preenchimento de cargos públicos já criados por lei.

50

O Presidente da República editou, durante o recesso parlamentar, medida provisória alterando a legislação sobre partidos políticos. O Congresso Nacional, por suas Casas Legislativas, rejeitou-a no 60º dia após o fim do recesso. Nessa situação, considere as afirmações abaixo.

I. A medida provisória foi editada em desconformidade com a Constituição Federal, uma vez que não pode dispor em matéria de partidos políticos.

II. O Poder Legislativo rejeitou-a dentro do prazo constitucional.

III. As relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da medida provisória conservar-se-ão por ela regidas se não for editado o decreto legislativo regulando a matéria em até 60 dias após a rejeição da medida provisória.

Está correto o que se afirma em

a) III, apenas.

b) I e III, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II, apenas.

e) I, II e III.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

51

Celso, gestor público que atua em uma autarquia encarregada da administração de benefícios previdenciários de servidores públicos, constatou baixa produtividade dos integrantes da equipe sob sua supervisão e decidiu introduzir técnicas motivacionais com o propósito de melhorar o desempenho da equipe. Para tanto optou por adotar a Teoria Bifatorial, desenvolvida por Herzberg, o que significa que deverá levar em conta

a) fatores extrínsecos, ditos de higiene, que previnem a insatisfação, e fatores intrínsecos, associados a sentimentos positivos.

b) aspectos estritamente individuais, trabalhados a partir de dois processos encadeados sequencialmente: mapeamento e reforço.

c) análise fatorial do ambiente de trabalho, efetuada em dois quadrantes: perspectiva do empregado e perspectiva do grupo.

d) aspectos de conteúdo, que indicam o que motiva o indivíduo, e aspectos de processo, que explicam como se processa o fenômeno motivacional.

e) fatores individuais e fatores coletivos, sendo os primeiros objeto de indução por reforço positivo e os segundos objeto de confirmação pela meritocracia.

52

Segundo Paul Hersey e Kenneth Blanchard, liderança é o processo de exercer influência sobre um indivíduo ou um grupo, nos esforços para a realização de um objetivo, em determinada situação. Referidos autores desenvolveram um modelo situacional de análise da liderança com ênfase

a) no ambiente interno, adequando as diferentes formas de liderar ao clima organizacional, podendo ser, conforme o caso: diretiva, participativa ou apoiadora.

b) no propósito da instituição, que, por seu turno, orienta o estilo de liderança a ser aplicado: transacional ou transformacional.

c) na transformação dos liderados, proporcionada a partir da adoção do estilo de liderança mais adequado à situação apresentada.

d) no ambiente externo, que deve direcionar os esforços do líder para conduzir os liderados na direção dos objetivos e metas traçados.

e) na maturidade dos liderados, ao que deve adequar-se o estilo de liderança adotado, que pode ser: dirigir, persuadir, participar ou delegar.

53

Considere que uma consultoria especializada tenha sido contratada para auxiliar determinada organização a melhorar sua eficiência na gestão de insumos e produção de bens e serviços de forma a melhor atender seus clientes. Para atingir tais objetivos, uma das abordagens iniciais adequadas seria

a) a definição da missão e da visão da organização, com o mapeamento de competências.

b) o gerenciamento de projetos da organização, com a realização de uma matriz de riscos.

c) a elaboração de um diagrama de tarefas, apresentando os inputs e outputs de cada projeto.

d) o mapeamento dos processos da organização, utilizando, como ferramenta, a elaboração de um fluxograma.

e) a identificação das forças e fraquezas e dos desafios e oportunidades, com a elaboração de um organograma.

54

Cultura e clima organizacional correspondem a conceitos e fenômenos largamente estudados, em face do seu impacto nas organizações, com reflexos evidentes nos resultados obtidos. Nesse diapasão, a literatura aponta que

- a) a cultura possui apenas aspectos formais e fechados, não sendo, portanto, descritiva, mas apenas prescritiva.
- b) o clima organizacional é passível de aferição, inclusive mediante pesquisas específicas que indicam o grau de satisfação na organização.
- c) a cultura organizacional pode ser reforçada por diferentes fenômenos, entre os quais pelo denominado como contracultura.
- d) tanto clima como cultura organizacional são aspectos passíveis de avaliação, mensuração e modificação, sendo o clima, contudo, mais estático.
- e) o clima organizacional corresponde ao aspecto perceptível por terceiros, enquanto a cultura é percebida apenas pelos membros da organização.

55

De acordo com Abraham Maslow, uma necessidade satisfeita deixa de motivar o comportamento. Quando uma necessidade muito intensa foi satisfeita, pode-se dizer que ela está

- a) redimida.
- b) bloqueada.
- c) saciada.
- d) subestimada.
- e) frustrada.

56

A dissonância cognitiva ocorre quando

- a) duas percepções relevantes entre si estão em conflito.
- b) três percepções de baixa relevância se mantêm frustradas.
- c) três percepções de baixa relevância se mantêm racionalizadas.
- d) há equilíbrio entre as percepções de baixa e alta relevância.
- e) há ausência de conflito entre as percepções de alta e baixa relevâncias.

57

Existem culturas organizacionais adaptativas e outras não adaptativas. As segundas, por sua rigidez são voltadas para a manutenção

- a) da inovação e constante busca de oportunidades de mudança.
- b) de regras e procedimentos compartilhados.
- c) de políticas de recursos humanos que envolvam o experimentar de novas possibilidades e a busca do engajamento dos colaboradores.
- d) de valores morais maleáveis e que favoreçam causas como diversidade e meio ambiente.
- e) do status quo e o conservantismo.

58

Os estilos clássicos de liderança, baseadas nos estudos de Kurt Lewin, também denominados os Três de White e Lippitt correspondem às lideranças:

- a) autocrática; democrática e liberal.
- b) carismática; autoritária e participativa.
- c) coercitiva; benevolente e consultiva.
- d) situacional; transacional e transformacional.
- e) diretiva; consultiva e apoiadora.

59

Suponha que determinada entidade integrante da Administração indireta tenha contratado uma consultoria para avaliar o nível de motivação da equipe e implementar técnicas para ampliar esse nível, com vistas à melhoria do desempenho corporativo. A consultoria optou por adotar os conceitos da Teoria do Reforço, baseada nos estudos de Skinner, o que significa, entre outros aspectos, que considera

- a) a punição somente deve ser utilizada, como reforço, na impossibilidade de aplicação de indutores positivos, como promoções e premiações.
- b) o reforço positivo é a única intervenção capaz de motivar o funcionário, sendo o reforço negativo ineficaz para induzir uma reação.
- c) o reforço negativo não tem caráter punitivo, mas, ao contrário, consiste na remoção de um estímulo aversivo.
- d) o comportamento humano é pautado pela busca de satisfação de necessidades universais, entre as quais o reconhecimento ou reforço positivo.
- e) a motivação decorre, em grande medida, o medo da perda de benefícios e pode ser induzida pelo reforço desse risco.

60

Suponha que em uma determinada equipe de trabalho tenha se instalado um conflito em face da necessidade de cortes no orçamento e consequente necessidade de redimensionamento de projeto e cargos dos seus integrantes. Nesse cenário, surgiu uma divisão entre dois grupos, cada qual preconizando uma solução diferente para o atingimento dos fins colimados. O gerente da equipe, para administrar o conflito instalado, pode lançar mão de uma negociação distributiva, que significa

- a) decidir de acordo com a vontade da maioria, sem intervenção ou indução do gerente no processo decisório.
- b) uma solução denominada "ganha-ganha", em que cada grupo cede um pouco e chega-se à uma alternativa intermediária.
- c) dividir o ônus da decisão entre todos os envolvidos, que passam a se responsabilizar pelos resultados obtidos.
- d) delegar a decisão a um terceiro externo à organização, que pode ser um mediador ou um árbitro.
- e) que haverá um lado vencedor e um lado perdedor, eis que não há possibilidade de expansão dos recursos disputados.

ARQUIVOLOGIA

61

A digitalização de documentos é considerada importante ferramenta de acesso, ao passo que a microfilmagem é tida como mecanismo de

- a) classificação.
- b) arranjo.
- c) avaliação.
- d) divulgação.
- e) preservação.

62

Atualmente vem ocorrendo a adoção de recursos tecnológicos para a preservação e conservação de documentos de arquivo. Analise:

I. Os documentos devem ser previamente avaliados, identificando-lhes valor que justifique o custo da operação.

II. A atual legislação brasileira garante a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, desde que providos de datas e assinaturas.

III. A microfilmagem adequada permite a eliminação de documentos públicos ou oficiais destinados à guarda permanente.

IV. Na elaboração da tabela de temporalidade há que se observar os princípios da teoria das 4 idades, que define parâmetros gerais para arquivamento e destinação dos documentos de arquivo.

Está correto o que consta APENAS em:

- a) II, III e IV.
- b) I e III.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I.

63

Sobre as responsabilidades e atividades realizadas pela unidade protocolizadora, considere:

I. Além de realizar as atividades de protocolo, a unidade tem a incumbência de atuar processos, independentemente de sua denominação e

posicionamento hierárquico na estrutura organizacional.

II. O método alfanumérico é incluído nas classes de métodos básicos e padronizados de arquivamento.

III. Os documentos recebidos em envelopes fechados deverão ser abertos pelo protocolo, desde que não sejam particulares (documentos não endereçados à instituição, e sim a um funcionário em particular) ou sigilosos (ultrassecretos, secretos, confidenciais ou reservados).

IV. O prazo de guarda de protocolos, em fase corrente, é de 3 (três) anos.

Está correto o que consta APENAS em:

- a) I, III e IV.
- b) IV.
- c) II e IV.
- d) I e III.
- e) II e III.

64

Os documentos referentes aos bens patrimoniais imóveis, veículos, as formas de aquisição e alienação, bem como os serviços de manutenção, limpeza e recuperação estão contidos na classificação

- a) 020.
- b) 050.
- c) 070.
- d) 030.
- e) 040.

65

Sobre Gestão de documentos, considere:

I. Compreende o planejamento e controle das atividades de produção, classificação e recuperação, avaliação, descrição e difusão, proteção e preservação de documentos de arquivo.

II. Quanto ao manuseio, recomenda-se grampear os documentos (especialmente os de guarda permanente).

III. Arquivo Intermediário é o conjunto de documentos indispensáveis à manutenção das atividades cotidianas de uma administração, por isso seu acesso deve ser fácil e rápido.

IV. Dossiê é uma unidade de arquivamento constituída de documentos relacionados entre si por assunto.

Está correto o que consta APENAS em

- a) IV.
- b) I, II e IV.
- c) II e IV.
- d) II e III.
- e) I e IV.

66

A operação de reunir os documentos classificados sob um mesmo assunto corresponde a:

- a) Ordenação.
- b) Arquivamento.
- c) Estudo.
- d) Codificação.
- e) Inspeção.

67

Ao analisar a natureza dos documentos de arquivo, o renomado arquivista norte-americano T. R. Schellenberg afirma que, para caracterizá-los, o importante é verificar

- a) o assunto de que tratam.
- b) a razão de sua criação.
- c) os conceitos que abordam.
- d) o prazo de vigência de seus dispositivos.
- e) a numeração recebida no protocolo.

68

O sentido pleno de cada documento de arquivo evidencia-se por meio de sua relação com os demais documentos produzidos/recebidos/acumulados por uma instituição. Tal relação é conhecida como

- a) gênese arquivística.
- b) idade arquivística.
- c) valor arquivístico.
- d) vínculo arquivístico.
- e) unicidade arquivística.

69

O termo desclassificação corresponde, na área arquivística,

- a) à sistemática adotada por muitas instituições, quando não há certeza sobre o valor primário de determinado documento.
- b) ao procedimento que permite que determinados documentos de uma mesma série fiquem liberados de prazos fixados pelas tabelas de temporalidade.
- c) ao ato pelo qual o arquivista fica autorizado a retirar do plano de classificação determinada série, em razão do desaparecimento de parte de seus documentos.
- d) ao ato pelo qual a autoridade competente libera à consulta, no todo ou em parte, documento anteriormente sujeito a grau de sigilo.
- e) à decisão tomada por um diretor de arquivo público ao impedir a incorporação, no acervo da instituição, de documentos vindos do arquivo intermediário.

70

Autenticidade é a qualidade de um documento

- a) quando preenche as formalidades necessárias para que se reconheça sua proveniência, independentemente da veracidade do respectivo conteúdo.
- b) cujo conteúdo exprime a verdade do que afirma e a legitimidade de suas intenções, do ponto de vista ético.
- c) que, depois de ter sido submetido à autoridade notarial, isto é, ter recebido a assinatura do titular de um cartório, adquire "fé jurídica".
- d) depois de ter seu teor analisado por especialistas e ter recebido deles o devido laudo pericial.
- e) assegurada, por escrito, pelos historiadores que o consultaram para suas pesquisas, garantindo assim seu uso pela historiografia.

Nº	GAB	PORTUGUÊS
01	b	2016 - FCC - Copergás - PE - Analista - Administrador
02	e	2016 - FCC - Copergás - PE - Analista - Administrador
03	c	2016 - FCC - Copergás - PE - Analista - Administrador
04	d	2016 - FCC - ELETROBRAS-ELETROSUL - Direito
05	c	2016 - FCC - ELETROBRAS-ELETROSUL - Direito
06	b	2016 - FCC - TRF - 3ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa
07	d	2016 - FCC - TRF - 3ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa
08	d	2016 - FCC - TRF - 3ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa
09	b	2016 - FCC - TRF - 3ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa
10	e	2016 - FCC - TRF - 3ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa
*	*	RLM
11	d	2018 - FCC - TRT - 6ª Região (PE) - Técnico Judiciário
12	a	2018 - FCC - TRT - 6ª Região (PE) - Técnico Judiciário
13	c	2018 - FCC - TRT - 6ª Região (PE) - Técnico Judiciário
14	e	2018 - FCC - ALESE - Técnico Legislativo - Administração
15	d	2018 - FCC - ALESE - Técnico Legislativo - Administração
16	d	2018 - FCC - ALESE - Técnico Legislativo - Administração
17	d	2018 - FCC - SEGEP-MA - Agente Estadual Agropecuário
18	a	2018 - FCC - SEGEP-MA - Agente Estadual Agropecuário
19	b	2018 - FCC - SEGEP-MA - Agente Estadual Agropecuário
20	d	2018 - FCC - SEGEP-MA - Agente Estadual Agropecuário
*	*	INFORMÁTICA
21	c	2018 - FCC - TRT - 2ª REGIÃO (SP) - Analista Judiciário
22	d	2018 - FCC - TRT - 2ª REGIÃO (SP) - Analista Judiciário
23	a	2018 - FCC - TRT - 2ª REGIÃO (SP) - Técnico Judiciário
24	b	2018 - FCC - SABESP - Analista de Gestão
25	e	2018 - FCC - SABESP - Analista de Gestão
26	a	2018 - FCC - SABESP - Analista de Gestão
27	e	2018 - FCC - SABESP - Técnico em Gestão
28	a	2018 - FCC - SABESP - Técnico em Gestão
29	b	2018 - FCC - SABESP - Técnico em Gestão
30	b	2018 - FCC - SABESP - Técnico de Segurança do Trabalho

*	*	DIREITO ADMINISTRATIVO
31	d	2017 - FCC - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Judiciária
32	e	2017 - FCC - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Judiciária
33	b	2017 - FCC - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa
34	e	2017 - FCC - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa
35	c	2017 - FCC - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa
36	c	2017 - FCC - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa
37	d	2017 - FCC - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa
38	b	2017 - FCC - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa
39	e	2017 - FCC - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa
40	a	2017 - FCC - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa
*	*	DIREITO CONSTITUCIONAL
41	b	2017 - FCC - DPE-RS - Técnico Judiciário
42	d	2017 - FCC - DPE-RS - Técnico Judiciário
43	e	2017 - FCC - DPE-RS - Técnico Judiciário
44	b	2017 - FCC - TRE-PR - Técnico Judiciário
45	a	2017 - FCC - TRE-PR - Técnico Judiciário
46	e	2017 - FCC - TRE-PR - Técnico Judiciário
47	b	2017 - FCC - TRE-PR - Técnico Judiciário
48	c	2017 - FCC - TRE-PR - Técnico Judiciário
49	a	2017 - FCC - TRE-PR - Técnico Judiciário
50	e	2017 - FCC - TRE-PR - Técnico Judiciário
*	*	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
51	a	2017 - FCC - TRF - 5ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa
52	e	2017 - FCC - TRF - 5ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa
53	d	2017 - FCC - TRF - 5ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa
54	b	2017 - FCC - TRF - 5ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa
55	c	2017 - FCC - TRF - 5ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa
56	a	2017 - FCC - TRF - 5ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa
57	e	2017 - FCC - TRF - 5ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa
58	a	2017 - FCC - TRF - 5ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa
59	c	2017 - FCC - TRF - 5ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa
60	e	2017 - FCC - TRF - 5ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

*	*	ARQUIVOLOGIA
61	e	2015 - FCC - TRE-RR - Técnico Judiciário - Área Administrativa
62	e	2015 - FCC - CNMP - Técnico de Administração
63	d	2015 - FCC - CNMP - Técnico de Administração
64	e	2015 - FCC - CNMP - Técnico de Administração
65	e	2015 - FCC - CNMP - Técnico de Administração
66	a	2015 - FCC - CNMP - Técnico de Administração
67	b	2015 - FCC - CNMP - Arquivologista
68	d	2015 - FCC - CNMP - Arquivologista
69	d	2015 - FCC - CNMP - Arquivologista
70	a	2015 - FCC - CNMP - Arquivologista
*	*	<i>JESUS TE AMA</i>



SIGA-NOS
[Instagram](#)



PARTICIPE DO NOSSO GRUPO:
[Grupo Concurseiros Abençoados II](#)



CURTA NOSSA PÁGINA
facebook.com/concurseirosabencoados



SUGESTÕES, ELOGIOS OU CRÍTICAS.
concurseirosabencoados@gmail.com



INSCREVA-SE EM NOSSO CANAL
<https://goo.gl/KFK1Am>

DESENVOLVIDO POR:



*"E Jesus disse-lhe: Se tu podes crer, tudo é possível ao que crê."
(Marcos 9:23).*